

**RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS**  
**DIRIGIDAS PELO PARLAMENTO EUROPEU**  
**À COMISSÁRIA INDIGITADA**

**Mariya Gabriel**

**Economia e Sociedade Digitais**

**1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

**Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para exercer as funções de Comissária e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão?**

**Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?**

Atualmente, dois anos após o lançamento da estratégia para o Mercado Único Digital, a União toma medidas para dar resposta ao enorme desafio de converter a transformação digital numa oportunidade para a economia e sociedade europeias. Devemos estar conscientes e continuar a investir nos nossos sucessos e potencial, ao mesmo tempo que fazemos face às novas realidades e desafios com instrumentos inovadores. Os interesses dos nossos cidadãos devem estar no centro das nossas políticas. Só através de um diálogo regular e de uma maior cooperação com todos os intervenientes conseguiremos transformar as barreiras digitais hoje existentes em oportunidades que nos permitirão defender os nossos valores e princípios.

O Mercado Único Digital é uma das dez prioridades do Presidente Juncker. Trabalharei, em consonância com estas prioridades, com vista à realização do Mercado Único Digital, tendo como principais objetivos a contribuição para o crescimento e os investimentos e a proteção dos interesses e direitos dos cidadãos. Tal implica igualmente reagir com rapidez e determinação aos desafios urgentes que decorrem da evolução constante das tecnologias, bem como do seu uso e abuso, como os ciberataques.

Valer-me-ei da minha experiência enquanto investigadora em dois projetos europeus (EQUAL e PARENEL), a fim de aplicar um método de trabalho inovador na procura de soluções. Efetivamente, essa missão permitiu-me perceber até que ponto é importante apoiar, incluindo financeiramente, a investigação científica para permitir a partilha e o intercâmbio de

dados e recursos que colocarão a Europa na vanguarda dos progressos científicos e tecnológicos, afirmando assim a excelência europeia. Enquanto decisores políticos europeus, é nosso dever agir e comprometo-me a recorrer aos instrumentos e ações necessárias para atingir este objetivo.

Posteriormente, enquanto jovem membro do Parlamento Europeu de 30 anos de idade, tive consciência da sorte e oportunidade que se me apresentavam para promover a minha visão da Europa e fazer valer o meu empenho europeu. Os interesses dos cidadãos foram desde o início a minha prioridade. Os domínios em que trabalhei reforçaram o meu empenho na procura e aplicação do princípio de coerência entre as nossas políticas internas e externas. É esta coerência que deve orientar a nossa ação.

As questões respeitantes ao digital cobrem um vasto leque de temas que exigem a elaboração e aplicação de políticas públicas coerentes, nomeadamente entre a estratégia digital e o plano de investimentos, o pilar social, a União da energia e o clima e a União económica e monetária. Estas questões envolvem um grande número de comissões parlamentares, que trabalham em problemáticas tão variadas como, citando apenas alguns exemplos, a segurança dos nossos cidadãos e as nossas liberdades e direitos fundamentais (LIBE), o papel das mulheres nas tecnologias da informação e comunicação e na economia (FEMM), a cobertura Internet nas zonas rurais e os desafios de carácter geracional (AGRI) e ainda o papel da Europa no mundo (AFET). Durante os meus mandatos parlamentares, tive oportunidade de contribuir ativamente para estes trabalhos. De futuro, comprometo-me a promover uma abordagem holística, centrada nos cidadãos.

Todos estes aspetos fazem parte da pasta e é meu objetivo realizá-los em cooperação com o Vice-Presidente Ansip e os Comissários da equipa de projeto. Para obter resultados concretos para os cidadãos, tenciono seguir o meu método de trabalho — um método baseado no diálogo, na cooperação e no compromisso. Tal é o método que continuarei a aplicar enquanto Comissária nas políticas que me forem confiadas.

Neste contexto, atribuo uma importância primordial ao papel do Parlamento Europeu, colegislador em pé de igualdade com o Conselho e correia de transmissão por excelência dos interesses dos cidadãos. Conto com o apoio dos membros do Parlamento Europeu e dos Estados-Membros para, juntos, alcançarmos os nossos objetivos e assegurarmos a aplicação efetiva das nossas políticas.

Sempre respeitei a letra e o espírito dos Tratados da UE e a obrigação de agir no interesse europeu. Desde que entrei no Parlamento Europeu, não desempenhei outros cargos nem tive outra atividade profissional. No quadro das minhas novas funções, comprometo-me a, desde a minha nomeação, cumprir integralmente as obrigações decorrentes do Tratado em matéria de independência e transparência, imparcialidade e disponibilidade, conforme definidas no artigo 17.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia e no artigo 245.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Respeitarei os princípios de ética enunciados nos artigos acima referidos, bem como o Código de Conduta dos Comissários.

Procurei que a declaração de interesses prevista no Código de Conduta dos Comissários fosse completa e acessível e comprometo-me a atualizá-la caso se verifiquem mudanças de relevo e a informar imediatamente do facto o Presidente.

Comprometo-me a evitar posições ou situações que possam pôr em causa a minha independência, imparcialidade e disponibilidade em relação à Comissão. Procurarei, com extrema vigilância, evitar ou resolver qualquer situação que possa implicar um conflito de interesses no exercício das minhas funções.

## **2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu**

**De que modo avaliaria o seu papel como membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigada a prestar contas ao Parlamento Europeu por ações suas ou dos seus serviços?**

**Que compromissos específicos está disposta a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação e de acompanhamento efetivo das posições e dos pedidos do Parlamento em matéria de iniciativa legislativa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposta a transmitir ao Parlamento Europeu informações e documentos em pé de igualdade com o Conselho?**

O Presidente Juncker assumiu, junto dos europeus, o compromisso de criar um Mercado Único Digital, tornando simultaneamente mais transparente o processo de tomada de decisão da Comissão em cada fase da elaboração das políticas, condição necessária para reforçar a nossa legitimidade pública ao nível europeu. O Acordo Interinstitucional «Legislar melhor» integrou institucionalmente nos processos de trabalho da Comissão este objetivo de abertura por defeito. Respeitarei plenamente este compromisso e certificar-me-ei de que o meu estilo de direção o reflete.

Tenciono tomar iniciativas políticas de qualidade, com a participação, desde o início, de todos os Comissários envolvidos nos grupos de projeto criados no início do mandato desta Comissão, a fim de ter em conta todas as sensibilidades e o melhor equilíbrio possível das propostas. Incorporarei estes aspetos nas minhas práticas de trabalho no intuito de: i) permitir que o Parlamento e o Conselho participem de forma aprofundada e desde o início na elaboração e execução das políticas públicas; ii) gerir estas interações de forma aberta, transparente, construtiva e eficaz, de forma a que produzam o melhor resultado possível; iii) assegurar que as comissões parlamentares relevantes sejam associadas a qualquer acontecimento significativo ao mesmo tempo e em pé de igualdade com o Conselho.

Concretamente, comprometo-me a promover um diálogo regular e aprofundado com o Parlamento Europeu em cada etapa do processo legislativo, nomeadamente com as comissões parlamentares ITRE, IMCO, JURI, CULT e LIBE, que já estão a trabalhar nas propostas apresentadas pela Comissão.

Comprometo-me igualmente a aproveitar todas as oportunidades políticas para reafirmar a importância de proceder a avaliações de impacto e a consultas públicas de alta qualidade, sem as quais há o risco de a análise política ao nível europeu ser falseada.

## **3. Prioridades**

**Quais são as principais prioridades que tenciono prosseguir no âmbito da sua pasta, tendo em conta a ênfase no emprego, no crescimento, no investimento e na competitividade? Que calendário prevê para a consecução dessas prioridades? De que forma pretende facilitar a preparação e a adoção das propostas legislativas para completar o Mercado Único Digital? Que medidas tenciono adotar para assegurar a**

**cibersegurança na Europa? Como garantirá, pessoalmente, as mais elevadas normas profissionais e éticas, a boa qualidade das propostas legislativas, a total transparência das atividades de lóbi (dirigidas à Sr.<sup>a</sup> Comissária e aos seus serviços) e a consulta consistente e equilibrada de todas as partes interessadas, tendo igualmente em conta a necessidade de efetuar avaliações de impacto rigorosas?**

O Mercado Único Digital visa assegurar que a revolução digital é uma fonte de crescimento, emprego e competitividade na Europa. No atual contexto político de dúvida, e mesmo de falta de confiança, no projeto europeu por parte de alguns dos nossos cidadãos, considero essencial redobrar esforços para a realização das prioridades políticas identificadas desde 2014 e para que as ações anunciadas sejam postas em prática rapidamente, a fim de assegurar que ocorram mudanças concretas o mais rapidamente possível na vida dos cidadãos e das empresas.

Tenho a honra de ter sido designada para uma pasta em crescimento, que é objeto de grande atenção por parte dos legisladores. Como anunciado em maio de 2015, a Comissão Europeia já apresentou 35 iniciativas políticas, das quais 21 legislativas, com resultados positivos tangíveis. Poderei apoiar-me em alguns destes resultados para mostrar aos cidadãos e às empresas os benefícios das nossas políticas: a abolição das tarifas de itinerância, a portabilidade dos conteúdos na União, a reatribuição da faixa dos 700 MHz para a conectividade de muito alto débito, a iniciativa «WiFi4EU», que procura apoiar a instalação de pontos de acesso Wi-Fi públicos gratuitos em comunidades locais de toda a União, e o dispositivo de direitos de autor que aplica na União o Tratado de Marraquexe, que facilitará o acesso dos invisuais e deficientes visuais aos livros e material impresso.

No entanto, há muito ainda a fazer para avançar com outros dossiês legislativos. Devemos, em especial, chegar a acordos políticos com os legisladores sobre as propostas relativas ao código das comunicações eletrónicas, à reforma dos direitos de autor, aos serviços de comunicação social audiovisuais e em matéria de bloqueio geográfico injustificado. Estou convencida de que a minha experiência no Parlamento Europeu e uma cooperação reforçada entre o Parlamento e o Conselho aquando das negociações legislativas em curso permitirão respeitar o calendário estabelecido pelos presidentes da Comissão Europeia, do Parlamento Europeu e do Conselho.

Como anunciado quando da revisão intercalar da estratégia para o Mercado Único Digital, prepararei novas iniciativas específicas nos domínios da cibersegurança, da equidade nas relações entre as plataformas e as empresas que nelas operam, do fluxo livre transfronteiras de dados não pessoais, da acessibilidade e reutilização de dados públicos e financiados por fundos públicos.

É essencial tornar mais operacional o dispositivo europeu de prevenção e de luta contra os ciberataques, incluindo para proteger as instituições e os processos políticos europeus. Assim, até setembro procederei ao reexame da estratégia da UE em matéria de cibersegurança e apresentarei uma proposta de um novo mandato da Agência da União Europeia para a Segurança das Redes e da Informação, para responder melhor aos novos desafios que representam os riscos crescentes de ciberataques. A Comissão trabalhará também em propostas de medidas complementares relativas às normas de cibersegurança e à certificação e rotulagem, a fim de aumentar a segurança dos objetos conectados.

Darei especial atenção aos desafios que a transformação digital coloca à sociedade europeia e ao seu modelo social. Por um lado, devemos garantir que as inovações digitais tragam aos nossos concidadãos o máximo de benefícios, no respeito dos valores democráticos e sociais

européus. Por outro, devemos ajudar os cidadãos e as empresas a transitar com êxito para a economia e a sociedade digitais, nomeadamente através de ações de ensino e formação e de uma melhor cooperação entre as abordagens nacionais dos sistemas de proteção social. Por último, a existência de administrações e serviços públicos modernos, flexíveis e interoperacionais constitui um elemento-chave de uma economia digital aberta, eficiente e inclusiva. Neste capítulo, vou prosseguir as ações em curso em matéria de interoperabilidade e um programa ambicioso de apoio à digitalização das administrações públicas.

A fim de melhor preparar o trabalho legislativo e facilitar a adoção das propostas legislativas nos próximos meses, basear-me-ei na experiência que adquiri no Parlamento Europeu, na minha capacidade para trabalhar com uma grande variedade de interlocutores e na minha capacidade de escuta e diálogo para contribuir ativamente para o trabalho de equipa na Comissão, em especial da equipa do projeto «Mercado Único Digital», presidida pelo Vice-Presidente Ansip.

Quero deixar clara a minha vontade de respeitar as mais elevadas normas de qualidade na preparação das ações futuras, em especial no caso de propostas legislativas ou despesas orçamentais. Comprometo-me a respeitar as normas estabelecidas no Acordo-Quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia e no Acordo Interinstitucional «Legislar melhor». Tal é essencial e determinante para a qualidade das propostas e, em última análise, para melhorar a qualidade e a legitimidade das propostas e reforçar a imagem da UE junto dos nossos concidadãos.

Darei especial atenção às avaliações de impacto exaustivas, que permitem focalizar e calibrar melhor as propostas da Comissão Europeia com base numa análise circunstanciada e pluridimensional. A minha experiência no Parlamento Europeu permitiu-me amiúde constatar a importância de organizar com rigor consultas públicas, que devem ser abertas e acessíveis, com vista a melhorar a qualidade e a legitimidade das propostas perante os cidadãos europeus.

Por último, comprometo-me a respeitar plenamente as normas profissionais e éticas elevadas definidas pelas instituições europeias, na base da ação do pessoal da Comissão — e a fazer com que a minha equipa e os meus serviços assim ajam igualmente. Concretamente, a transparência das atividades dos grupos de pressão — quer me sejam destinadas quer ao meu Gabinete e aos meus serviços — é crucial para comprovar uma interação aberta e imparcial com todas as partes interessadas.

#### **4. Comunicações eletrónicas**

**No que diz respeito à atual revisão do quadro para as comunicações eletrónicas e o ORECE, qual é a sua opinião sobre:**

- i) o papel da concorrência e do investimento no setor,**
- ii) os problemas mais críticos do mercado interno para as redes e os serviços fixos e móveis e seus utilizadores, incluindo as soluções que prefere,**
- iii) os desenvolvimentos atuais na implantação das redes (redes locais/regionais, 4G/5G, concentração do mercado), e**
- iv) o futuro papel do ORECE?**

i) Penso que a concorrência funciona em sinergia com a conectividade e as necessidades de investimento que lhes estão associadas; a concorrência leva ao investimento, contribuindo, assim, para os objetivos de conectividade para a Europa. A prioridade atual deve ser o fornecimento de acesso a uma conectividade sem restrições, baseada em infraestruturas de muito alto débito fixas e móveis, condição prévia para um Mercado Único Digital. Os europeus nas zonas urbanas e rurais precisarão cada vez mais de conectividade de muito alto débito.

Sou a favor de medidas políticas que tenham em conta o papel que a concorrência desempenha na promoção do investimento e, por conseguinte, da conectividade na Europa. Devemos velar por nos mantermos ao nível das outras regiões do mundo e garantir a competitividade das nossas indústrias, que dependem cada vez mais das infraestruturas de telecomunicações.

A experiência mostra que a regulamentação *ex-ante* das telecomunicações é um fator importante da concorrência, orientado para o acesso, a concorrência ao nível das infraestruturas e a promoção do investimento. Esta última é crucial nas zonas rurais, onde se regista um grande atraso e os custos por agregado familiar são muitas vezes mais elevados. Embora 76 % dos europeus tenham acesso às redes da próxima geração, só 40 % o têm nas zonas rurais.

A escolha dos utilizadores é igualmente muito importante: a modernização do serviço universal é necessária para garantir uma conectividade a preço acessível a todos os cidadãos, independentemente da sua situação social.

ii) As redes de telecomunicações devem fazer parte integrante do mercado interno, já que os serviços que delas dependem são prestados e acessíveis além-fronteiras. Os prestadores de serviços digitais devem poder satisfazer a procura ao nível europeu e não apenas nacional. O novo código das comunicações eletrónicas tem por fim tratar estas questões; referirei as mais urgentes.

No caso das redes fixas, o principal desafio consiste em garantir que as obrigações regulamentares sejam impostas unicamente se servirem para resolver um problema de concorrência efetivo que prejudique os utilizadores. Pretende-se assim também garantir normas proporcionadas e previsíveis.

No tocante às redes sem fios, há que garantir um acesso em tempo útil ao espetro, em condições previsíveis e sustentáveis e que tenham em conta o desafio financeiro que representa a implantação de redes 5G de muito alto débito muito densas. Melhores condições de investimento vão de par com exigências de interesse público, sobretudo no respeitante à cobertura geográfica ou à disponibilização de recursos de espetro para os operadores. É meu objetivo encontrar um equilíbrio entre as preocupações legítimas dos Estados-Membros e a necessidade de as empresas e os cidadãos europeus beneficiarem de uma melhor coordenação no tocante a certos aspetos da gestão do espetro.

Quanto aos serviços de comunicações fixos e móveis e seus utilizadores, há dois grandes desafios: em primeiro lugar, garantir a efetiva proteção dos utilizadores de todos os serviços de comunicações, independentemente da tecnologia em que assentam, o que é fundamental para a segurança e confidencialidade das comunicações eletrónicas. Em segundo lugar, é necessário adaptar as normas de proteção dos consumidores à evolução tecnológica e comercial.

iii) É um facto que a UE melhorou a sua conectividade, mas não suficientemente para fazer face às necessidades futuras em termos de velocidade, qualidade de serviço e fiabilidade das ligações, como definidas nos objetivos estratégicos da Estratégia «*Rumo a uma Sociedade Europeia a Gigabits*» para 2025.

Os Estados-Membros devem intensificar esforços, começando por rever os planos nacionais ou regionais de implantação das redes de muito alto débito até 2025.

Não obstante o esforço esperado dos operadores privados, as estimativas atuais indicam que serão necessários mais 155 mil milhões de euros de investimento público e privado para realizar os objetivos de 2025. Para dar resposta a esta necessidade, as normas das telecomunicações foram atualizadas a fim de permitir a previsibilidade jurídica necessária para o planeamento de investimentos a longo prazo. É pois fundamental que as novas normas sejam adotadas o mais rapidamente possível para conferir aos investidores a segurança jurídica de que necessitam.

Os fundos estruturais, o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos e o Mecanismo Interligar a Europa já foram mobilizados: é essencial mostrarmo-nos criativos e reforçarmos o nosso contributo. A Comissão examinará estes elementos nos preparativos da próxima programação financeira. Conto com o vosso apoio para garantir recursos orçamentais suficientes para realizar as nossas ambições comuns para a Europa.

iv) O Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas («ORECE»), que contribuiu significativamente para os esforços destinados a desenvolver um verdadeiro mercado único para as telecomunicações, tem um papel fundamental para garantir uma abordagem regulamentar harmonizada. Recentemente, teve um papel mais importante em domínios como a neutralidade da rede e a itinerância («roaming»).

A importância do ORECE na definição de uma visão estratégica para as comunicações eletrónicas foi igualmente reconhecida pelo Parlamento Europeu na sua Resolução sobre o rumo ao ato para o Mercado Único Digital, de 19 de janeiro de 2016. Concretamente, o Parlamento Europeu pediu à Comissão que integre melhor o Mercado Único Digital, assegurando um quadro institucional mais eficaz, que reforce o papel, a capacidade e o processo de tomada de decisões do ORECE, bem como os seus recursos humanos e financeiros, e que melhore a sua estrutura. É este o objetivo da proposta da Comissão e trabalharei com os colegisladores para encontrar a melhor solução possível.

## **5. Cooperação/controlo**

**Como Comissária responsável pela Economia e Sociedade Digitais, como garantirá a coordenação com os vice-presidentes em cujas equipas o seu domínio de intervenção recai e com os outros comissários pertencentes às suas equipas, e como contribuirá para uma cooperação produtiva com a Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia? Em particular, que medidas adotará para facilitar o controlo pela comissão dos processos legislativos e não legislativos (incluindo a preparação de atos legislativos e de atos delegados e de execução) e o controlo da sua execução?**

Com uma pasta politicamente estratégica e pluridimensional, que abrange domínios de intervenção de vários vice-presidentes e comissários, a coordenação não é uma escolha: é uma necessidade absoluta.

Ao longo do meu mandato tenciono prosseguir uma estreita cooperação com todos os meus colegas membros da Comissão, uma interação aprofundada com os membros do Parlamento e das comissões parlamentares, assim como com o Conselho de Ministros, bem como manter um diálogo construtivo com os cidadãos, a sociedade civil e todas as outras partes interessadas.

Irei trabalhar em estreita colaboração com o Vice-Presidente responsável pelo Mercado Único Digital, a fim de concretizar as propostas em curso, dar seguimento à recente avaliação intercalar da Estratégia para o Mercado Único Digital e elaborar novas propostas para completar esse mercado. Juntamente com a Alta Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, o Vice-Presidente responsável pelo Mercado Único Digital e o Comissário para a União da Segurança, irei apresentar medidas para tornar mais segura e mais fiável a Internet na Europa, graças à experiência que adquiri nestes domínios no âmbito das comissões LIBE e AFET.

Contribuirei igualmente para a equipa de projeto, dirigida pelo Vice-Presidente responsável pelo Emprego, o Crescimento, o Investimento e a Competitividade, a fim de criar condições propícias à promoção do investimento público e privado. Irei colaborar estreitamente com o Primeiro Vice-Presidente a fim de apoiar a liberdade de expressão, a liberdade de informação e o pluralismo na comunicação social, bem como a diversidade e a abertura da Internet. Em todos estes aspetos, o comissário responsável pelo Orçamento e os Recursos Humanos será um parceiro importante.

A minha cooperação estreita com o Comissário responsável pela Educação, Cultura, Juventude e Desporto permitirá apoiar o desenvolvimento das indústrias europeias dos meios de comunicação social, dos conteúdos e da criação. Congratulo-me por poder trabalhar com a Comissária responsável pelo Emprego, Assuntos Sociais, Competências e Mobilidade dos Trabalhadores, o Comissário da Educação, Cultura, Juventude e Desporto e a Comissária responsável pela Justiça, os Consumidores e a Igualdade de Género, a fim de reforçarmos e promovermos as competências digitais e a formação contínua.

Atribuo uma extrema importância ao diálogo e à cooperação com o Parlamento Europeu, que é a instituição que assegura o controlo democrático necessário no quadro do triângulo institucional europeu. Continuarei a escutar as vossas expectativas e aspirações concretas nos domínios pelos quais passarei a ser responsável. Conto convosco e com o vosso apoio para atingirmos os nossos objetivos, num clima de transparência e de diálogo, a fim de defendermos e promovermos os interesses dos cidadãos europeus.

## **6. Pasta**

**Nos termos do artigo 167.º, n.º 4, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, os aspetos culturais devem ser integrados em todas as políticas da UE. Além disso, a pasta que lhe foi atribuída sublinha, explicitamente, a necessidade de garantir e promover a diversidade cultural e linguística. De que modo garantirá que a cultura será devidamente tida em consideração nas políticas e medidas que tenciona aplicar? De que modo garantirá que as necessidades e as características específicas dos setores culturais e criativos, em especial da produção e do consumo de conteúdos culturais e criativos, são tidas em conta na economia digital? Que esforços empreenderá para reforçar o apoio financeiro da UE, nomeadamente através do FEIE, para os setores culturais e criativos, em especial para o setor audiovisual/cinematográfico? É responsável pelo subprograma MEDIA no âmbito do programa Europa Criativa. Como avalia o desempenho da**

## **Europa Criativa, em geral, e do subprograma MEDIA, em particular? Que mudanças, se for caso disso, considera importantes para a próxima geração de programas?**

As indústrias culturais e criativas são ativos extremamente importantes da economia europeia. No âmbito da Europa Criativa, o subprograma MEDIA é o principal programa sob minha responsabilidade que versa sobre os conteúdos audiovisuais de tipo criativo e cultural. Procura atingir dois objetivos principais: proteger a diversidade cultural e reforçar a competitividade económica deste setor. Esses objetivos são complementares: a diversidade das nossas culturas está na origem da alta qualidade das nossas obras, enquanto, por outro lado, a eficácia da indústria é indispensável para se poder produzir e distribuir essas obras à escala europeia. O programa Horizonte 2020 contempla igualmente uma vertente cultural, pois as tecnologias digitais têm um forte potencial de divulgação da cultura.

\*

Comprometo-me a garantir a coerência entre os nossos instrumentos de apoio às indústrias culturais e criativas e a regulamentação em vigor. Mais concretamente:

- O programa MEDIA, que continuará a apoiar a criação de conteúdos audiovisuais e a sua distribuição na União;
- A conclusão da negociação da diretiva sobre os direitos de autor. Esta diretiva introduz obrigações para determinados sítios de partilha, que permitem aos utilizadores descarregar conteúdos protegidos por direitos de autor e se tornaram importantes canais de distribuição de conteúdos. Prevê igualmente medidas para melhorar a transparência e o equilíbrio nas relações entre os criadores e os seus parceiros contratuais;
- A conclusão da negociação da Diretiva «Serviços de Comunicação Social Audiovisual», que visa reforçar a produção e a distribuição de obras europeias, em especial no que diz respeito à sua difusão através dos serviços de vídeo a pedido (quotas mínimas e obrigação de destaque).

\*

Considero o acesso ao financiamento fundamental para o setor criativo e cultural, que tem dificuldades em mobilizar o investimento privado. Em 2016, a Comissão lançou, no âmbito do programa Europa Criativa, um instrumento financeiro inovador, o Mecanismo de Garantia, com um orçamento de 120 milhões de EUR para o período 2016-2020, destinado a facilitar o acesso ao financiamento das pequenas e médias empresas nos setores culturais e criativos e a reforçar a capacidade dos intermediários financeiros para avaliar os riscos associados.

O Mecanismo de Garantia deverá disponibilizar muito em breve os primeiros empréstimos a favor das pequenas e médias empresas.

No ano de 2016 celebrámos o 25.º aniversário do programa MEDIA, uma marca que se tornou sinónimo de qualidade artística e de criatividade.

Além disso, as nossas propostas legislativas são acompanhadas de uma série de medidas concretas, financiadas precisamente pelo programa MEDIA. Estas medidas visam facilitar o

acesso e a valorização das obras europeias em linha. Esforçar-me-ei por aplicá-las paralelamente com a negociação dos textos legislativos.

Tenciono apresentar ao Parlamento Europeu e ao Conselho, em dezembro de 2017, um relatório de avaliação intercalar do programa Europa Criativa, incluindo o MEDIA, acompanhado de recomendações para o futuro.

Os resultados obtidos são animadores: uma excelente execução financeira, 400 filmes distribuídos anualmente noutros países europeus e uma rede de 1 000 salas de cinema em 33 países diferentes que projetam uma proporção significativa de filmes europeus «não nacionais».

## 7. Prioridades

**É responsável por contribuir para o sucesso de um setor europeu dos meios de comunicação social e dos conteúdos, capaz de atingir novos públicos e de aproveitar o potencial do ambiente digital. Uma série de iniciativas legislativas e não legislativas foi já apresentada, destinada, nomeadamente, a atualizar a regulamentação dos meios de comunicação social e a modernizar a legislação em matéria de direitos de autor. Que resultados esperaria destas iniciativas para serem consideradas um êxito? Pretende apresentar outras iniciativas para reforçar ainda mais o setor dos meios de comunicação social e dos conteúdos e melhorar o acesso do público a conteúdos culturais, em especial conteúdos audiovisuais? Pretende apresentar outras iniciativas para reforçar ainda mais o setor dos meios de comunicação social e dos conteúdos e melhorar o acesso do público a conteúdos culturais, em especial conteúdos audiovisuais? Tenciona apresentar outras iniciativas para proteção dos menores contra conteúdos lesivos? Quais as propostas legislativas que tenciona apresentar, e quando, dado que o final da legislatura significará uma certa descontinuidade? Um elemento essencial para o sucesso da economia digital é uma mão de obra digital qualificada. Como pensa que a UE poderá ajudar a colmatar o atual défice de competências digitais? Com base na Nova Agenda de Competências para a Europa e em iniciativas como a Coligação para a criação de competências e emprego na área digital, que outras iniciativas pensa que contribuiriam para estimular a aquisição de competências digitais em toda a UE?**

Irei empenhar-me muito ativamente, com base nas discussões em curso no Parlamento Europeu e no Conselho, para assegurar que as reformas propostas, nomeadamente quanto aos direitos de autor e às normas no domínio do audiovisual, sejam rapidamente adotadas e satisfaçam os objetivos a que nos propusemos.

**A reforma das normas em matéria de direitos de autor**, apresentada pela Comissão em setembro de 2016, é essencial para adaptar as normas em vigor às tecnologias digitais e às novas formas de aceder aos conteúdos. Considero essencial mantermos a nossa ambição em todos os domínios abrangidos: escolha e acesso aos conteúdos em linha; modernização das normas nos domínios da investigação, da educação e da inclusão das pessoas com deficiência; regras mais justas para um melhor funcionamento do mercado dos direitos de autor. As iniciativas sobre a **portabilidade dos serviços de conteúdos em linha** e o **acesso transfronteiras aos programas de rádio e televisão** permitirão, nomeadamente, facilitar o acesso aos conteúdos culturais, em especial audiovisuais.

A proposta de **revisão da Diretiva «Serviços de Comunicação Social Audiovisual»** está atualmente a ser analisada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho. Espero conseguir a

rápida adoção de um texto equilibrado, que abranja de forma coerente os novos intervenientes e proteja eficazmente os telespetadores e os utilizadores de conteúdos audiovisuais, reforçando assim a competitividade do setor audiovisual europeu. A proposta da Comissão visa, nomeadamente, facilitar o acesso a conteúdos audiovisuais, reforçando as obrigações dos serviços de vídeo a pedido em matéria de **promoção das obras europeias**.

\*

Os menores, que assistem cada vez mais a conteúdos audiovisuais através de serviços de vídeo a pedido devem poder beneficiar de uma proteção equivalente à que é proporcionada pela televisão. É por isso que pretendo defender as medidas propostas de proteção dos menores no âmbito da **revisão da Diretiva «Serviços de Comunicação Social Audiovisual»**.

Continuarei a apoiar os centros **«Internet mais Segura»**, a fim de tornar a Internet mais segura para as crianças. Tenciono reforçar a nossa colaboração com a **Aliança para uma melhor proteção dos menores em linha**, a fim de melhorar, através de autorregulação, o ambiente em linha para as crianças, tanto a nível dos conteúdos como dos comportamentos nocivos (nomeadamente o assédio em linha).

\*

A transformação digital, assim como os progressos tecnológicos que a antecederam, pode proporcionar enormes ganhos de produtividade. No entanto, tem também repercussões na sociedade, em especial no mercado de trabalho. Alguns postos de trabalho estão condenados a desaparecer, outros serão criados, e a maioria será sujeita a importantes transformações. É extremamente importante acompanhar a transformação digital, em primeiro lugar permitindo a todos os cidadãos adquirirem as competências digitais que lhes permitam adaptar-se às mudanças em curso.

No âmbito da Nova Agenda de Competências para a Europa, a Comissão convidou os Estados-Membros a definirem estratégias nacionais para o desenvolvimento das competências digitais. A Comissão lançou igualmente a **«Coligação para a criação de competências e emprego na área digital»**. Colaborarei com o Parlamento Europeu a fim de assegurarmos a coerência entre a execução das estratégias nacionais e as iniciativas europeias.

Apoio plenamente o **projeto-piloto de concessão de bolsas «Oportunidade Digital»**, que visa proporcionar aos estudantes e recém-licenciados uma experiência profissional no domínio digital num outro Estado-Membro. Este projeto-piloto foi concebido de modo a poder ser posteriormente alargado, a fim de permitir ao maior número de licenciados adquirirem uma experiência prática no domínio digital.

## **8. Questões de atualidade**

**A necessidade de garantir um elevado nível de qualidade e independência dos meios de comunicação social encontra-se, atualmente, no topo da agenda política. Simultaneamente, existe um consenso de que devem ser envidados mais esforços para que os cidadãos da UE disponham de uma cobertura informativa e imparcial dos assuntos europeus. De que forma acha que a UE pode ajudar no apoio a uma cobertura noticiosa de elevada qualidade e independente dos assuntos europeus através de diferentes canais de comunicação social e, em particular, ao recurso a novos meios de comunicação social e novas tecnologias? Foi especificamente encarregada de promover**

**um modelo de negócios sustentável para a Euronews. Como tenciona fazê-lo? E como é que a Euronews se enquadra no contexto mais amplo de uma nova cobertura independente dos assuntos da UE? Que outras iniciativas tenciona promover e apoiar? Foi também encarregada de explorar a forma como a UE pode, de forma útil, ajudar a proteger os cidadãos de «notícias falsas», especificamente através de plataformas em linha. De que forma tenciona encontrar o equilíbrio certo, reconhecendo, por um lado, o papel que as plataformas em linha desempenham no acesso dos cidadãos e dos consumidores a meios de comunicação social e a conteúdos culturais e, por outro, a necessidade de assegurar um quadro regulamentar sólido para elas?**

A cobertura dos assuntos europeus é muitas vezes efetuada numa perspetiva nacional ou regional. O último Eurobarómetro revelou que só 38 % dos cidadãos europeus se consideram «bem informados» sobre os assuntos europeus. Considero que a existência de um jornalismo independente e de qualidade que aborde os assuntos europeus é fundamental para os cidadãos e para a criação de um espaço público europeu democrático.

A autoridade orçamental subscreveu esta perspetiva através da rubrica orçamental «Ações Multimédia». Estas ações visam reforçar a cobertura dos assuntos europeus numa perspetiva pan-europeia, ou seja, para além das perspetivas nacionais, a fim de permitir aos cidadãos participarem na política europeia.

Mesmo que os recursos sejam limitados quando comparados com os dos Estados-Membros ou os do setor privado, a Comissão procurou maximizar o seu impacto apoiando os formatos mais apreciados pelos cidadãos:

- a televisão: com o apoio concedido à cadeia pan-europeia Euronews;
- a rádio: com o financiamento da rede de rádios Euranet Plus;
- as novas tecnologias: com o apoio prestado à produção de conteúdos em linha com base no jornalismo de dados. Foram selecionados dois grupos de comunicação social. Esta ação permitiu, pela primeira vez, uma cooperação entre a agência de imprensa alemã DPA, a agência francesa AFP e a agência italiana ANSA.

\*

Sou responsável por «desenvolver e promover um modelo de negócios sustentável para a Euronews, nomeadamente continuando a desenvolver a sua missão de serviço público, ajudando a encontrar novos parceiros e assegurando uma melhor utilização das tecnologias de transmissão digital, respeitando plenamente a sua independência editorial».

A Comissão tem apoiado a Euronews desde o seu lançamento, em 1993. Em 2010, reconheceu que a Euronews desempenhava uma missão de interesse geral para a União, uma vez que era a única estação que cobria os assuntos europeus numa perspetiva transnacional europeia. Consequentemente, foi decidido celebrar um acordo de parceria e definir um quadro de cooperação estável para o seu financiamento.

O Parlamento Europeu solicitou por diversas vezes que se prosseguisse e reforçasse o apoio concedido à Euronews, de modo a garantir o seu multilinguismo e o seu papel na criação de um espaço público europeu, assim como no âmbito da diplomacia cultural da UE. As várias avaliações realizadas desde 2009 concluíram que a cadeia cumpriu a sua missão.

Recentemente, a Euronews adotou uma estratégia ambiciosa a fim de adaptar o seu modelo de produção e distribuição às novas tendências do mercado. A Comissão tem acompanhado atentamente a aplicação do novo modelo, a fim de garantir que a cadeia conserva a sua missão histórica e de avaliar de que modo se poderá reforçar a eficácia das medidas da Comissão.

Em fevereiro de 2017, a Comissão assinou com a Euronews uma nova convenção-quadro de parceria por um período de 4 anos. Essa convenção permitir-nos-á financiar programas sobre assuntos europeus e apoiar o regime multilingue da cadeia.

A Comissão comprometeu-se a proteger a diversidade linguística da Euronews. Simultaneamente, ao longo dos próximos anos deverá ser envidado um esforço contínuo de adaptação aos novos hábitos do público e à evolução tecnológica. Duas versões linguísticas da Euronews financiadas pela UE, em árabe e persa, já se tornaram digitais. A última auditoria de desempenho, realizada em 2016, revelou que essa transição tem um forte potencial.

No que se refere ao acordo com a NBC, segundo as informações em meu poder, o acordo foi finalmente aprovado, após meses de negociações entre os vários acionistas da Euronews. Como é do vosso conhecimento, a Euronews é uma empresa privada e, conseqüentemente, livre de tomar as suas próprias decisões estratégicas. Em contrapartida, sendo um parceiro fundamental desta cadeia, a Comissão exigiu-lhe certas garantias e comprometeu-se a analisar os efeitos potenciais do acordo NBC-Euronews sobre a parceria.

A Comissão pode denunciar o acordo de parceria caso as garantias exigidas não sejam respeitadas. Durante o meu mandato, irei acompanhar de perto a execução do acordo e as modalidades de cooperação com a Euronews, de modo a garantir o valor acrescentado das nossas medidas.

No âmbito do QFP atual (2014-2020), o orçamento consagrado às «Ações Multimédia» foi fortemente reduzido (~20 %). Esta evolução coloca as perspectivas futuras sob pressão. Não obstante, nos últimos anos, a Comissão, com o apoio do Parlamento Europeu, conseguiu assegurar a estabilidade orçamental das ações relativas à Euronews e a continuidade da rede de rádios Euramet Plus.

A decisão de financiamento para 2017 prevê um novo quadro de subvenção para a Euramet Plus, de modo a permitir a produção de programas de rádio da rede nos próximos dois anos (de meados de 2017 até meados de 2019). Esta subvenção terá uma dimensão mais modesta do que o contrato anterior devido às limitações orçamentais, mas mantém-se o objetivo de consolidar um quadro de cooperação entre rádios nacionais e regionais europeias.

\*

No que diz respeito às «notícias falsas», a abordagem da Comissão privilegia a adoção de medidas eficazes, voluntárias e de autorregulação, assim como a realização de intervenções reguladoras concretas.

Para além das disposições propostas no âmbito da revisão da Diretiva «Serviços de Comunicação Social Audiovisual» para reforçar a luta contra os discursos de incitamento ao ódio, apresentarei novas medidas para incentivar as plataformas em linha e as redes sociais a adotarem novas medidas pró-ativas. Uma outra vertente da nossa ação consistirá em reforçar, juntamente com a Alta Representante, a nossa comunicação estratégica, a fim de combater as campanhas de desinformação levadas a cabo fora das fronteiras da União.

A nível político, o nosso instrumentário para combater as «notícias falsas» é composto por vários elementos:

- Verificação dos conteúdos para detetar «notícias falsas»: a Comissão disponibiliza financiamento a título de Investigação e Desenvolvimento (I&D) para desenvolver instrumentos que ajudem os operadores a identificar e a verificar os conteúdos distribuídos em linha, nomeadamente os considerados ilícitos ou nocivos.
- A Comissão estabeleceu igualmente um diálogo construtivo com os principais operadores de redes sociais a fim de acompanhar os progressos na resolução de problemas graves, como as «notícias falsas», mediante a colaboração nos contactos com a imprensa (p. ex. verificação dos factos) e/ou iniciativas para melhorar a literacia mediática entre os utilizadores.
- Literacia mediática: o nosso trabalho implica um empenho pró-ativo junto das principais plataformas de redes sociais, nomeadamente o Facebook, a Google e o Twitter, assim como com peritos em literacia mediática de toda a Europa.
- Diálogo com os Estados-Membros: o objetivo é criar um grupo de peritos das redes sociais nos Estados-Membros, a fim de identificar as melhores práticas e discutir soluções, partilhar os resultados da investigação e definir abordagens harmonizadas.